

17 SET 1996

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO

Presidente

WILSON FIGUEIREDO

Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES

Editor

PAULO TOTTI

Editor Executivo

MARCELO BERABA

Editor Executivo

ORIVALDO PERIN

Secretário de Redação

SÉRGIO RÊGO MONTEIRO

Diretor

EDGAR LISBOA

Diretor Agência JB

Caso de Urgência

A situação a que chegou o Estado do Rio, obrigado a pedir ao governo federal moratória no pagamento do empréstimo de emergência contraído junto à Caixa Econômica Federal, deveria alertar o Congresso Nacional para a necessidade de apressar as reformas que liberem a administração pública asfixiada pela atual legislação.

O governador Marcello Alencar é mais um herdeiro — entre os 26 governadores — da massa falida estadual. Uns mais, outros menos — os estados estão sem recursos. Os antecessores gastaram demais e endividaram os tesouros. O crescimento da dívida, pelos juros altos e pela falta do ajuste fiscal, excede a receita.

As folhas de pagamento são pesadíssimas, e não basta o governo do estado conter os salários — numa atitude antipática, porque os gastos crescem automaticamente por força da legislação do funcionalismo. Acessoriamente, o Legislativo e o Judiciário têm autonomia para fixar salários, cujos gastos são remetidos ao curto orçamento estadual.

A reforma tributária, feita na Constituição de 88, transferiu receita dos estados para os municípios e agravou a situação. Empréstimos de emergência, como os R\$ 2,2 bilhões concedidos pela Caixa Econômica para os estados botarem em dia os salários de 95, são só paliativos. A solução está nas mãos do Congresso, que demora em aprovar as reformas administrativa e tributária, fundamentais ao ajuste financeiro.

Sem a reforma para permitir a administração pública readequar o quadro de

peçoal ao novo papel do Estado no Brasil — acompanhada da indispensável conclusão da reforma tributária de 88 e a revisão do que se mostrou inaplicável — será impensável dar eficiência ao gasto público, redirecionando-o preferencialmente para a área social.

Segundo o ministro Pedro Malan, a União comprometeu de 55% a 60% da receita com pessoal e encargos dos inativos e pensionistas. As vinculações constitucionais e as transferências para os estados e municípios deixam o Orçamento só com 12%, metade direcionada para a Saúde. Para ampliar a folga orçamentária, o governo vai pedir ao Congresso a prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira até dezembro de 98.

Nos estados a situação é mais dramática. Apesar da contenção dos salários, os gastos com pessoal (ativo e inativos) levam mais de 80% da receita do Estado do Rio. Com o custo da dívida, nada sobra para investir.

Para não privar a população dos serviços essenciais, o governador Marcello Alencar tem recorrido à privatização — mediante a concessão à iniciativa privada de novos serviços, como o emissário submarino da Barra da Tijuca, e a venda das empresas estaduais — mas o esforço de modernização vem sendo insuficiente.

Cabe aos governadores acionarem suas bancadas no Congresso — logo após a eleição municipal — para a votação urgente das reformas.